



Beber, dançar e lutar: uma etnografia sobre modos de morar e fazer política no Centro Histórico de São Luís (MA)

Martina Ahlert (UFMA)¹
Marcella Cristyna Morena Sousa Lima (UFMA)²
Abigail Vale Rocha (UFMA)³

Resumo

Este trabalho é sobre articulação política e produção da vida. Foi escrito a partir de um pequeno bar, que é também uma casa, uma sala de reuniões, um salão de festas, um espaço de produção de fantasias de carnaval e de distribuição de cestas básicas, no Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão. Nossas e nossos interlocutores são moradores dessa região da cidade, engajados na luta por moradia e nos debates sobre os direitos das profissionais do sexo. Atuam criativamente, há anos, contra parte dos esforços de revitalização da região - Patrimônio da Humanidade desde 1997 - que desenharam uma ocupação padronizada e asséptica de cidade. Além disso, defendem a diversidade das pessoas que vive no local, se posicionando contra a estigmatização e exclusão de formas de trabalho e modos de morar presentes na “comunidade”. A pesquisa é uma etnografia, realizada a partir da convivência no Centro Histórico, especificamente no bar escolhido como parte de nossa análise. Pretendemos contribuir com dois debates: aquele sobre política e cotidiano, enfatizando nossa percepção de que as situações ordinárias são fundamentais para a compreensão das insurgências e potências que dão sentido à vida; e aquele sobre a feitura das casas, das redes entre elas, da mobilidade e da produção da “comunidade”.

Palavras-chave: Casa, Bar, Política.

¹ Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenadora do Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP).

² Estudante de graduação do Curso de Ciências Sociais da UFMA, membra do LEAP.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, membra do LEAP.

Apresentação

Este trabalho é sobre articulação política e produção da vida. Foi escrito a partir de um pequeno bar – o Bar Dos Amigos – que é também uma casa, uma sala de reuniões, um salão de festas, um espaço de produção de fantasias de carnaval e de distribuição de cestas básicas. Nos interessamos, especialmente, por essa articulação entre diferentes atividades que são desempenhadas no espaço, na medida em que nos falam sobre a constituição da casa, do cotidiano, das relações de vizinhança e das redes de ajuda mútua que tornam a vida possível. Igualmente, permitem suspender ideias pré-concebidas de privacidade, família e propriedade para pensar, não apenas a casa-Bar, mas os modos de morar que encontramos nessa região da cidade.

O Dos Amigos já ocupou dois endereços no Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, região formada por 11 bairros. Parte dela foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 1997. Essa área coincide com os casarões que foram tombados como patrimônio federal em 1974, e que correspondem ao casario de herança lusófona dos séculos XVIII e XIX. Alguns anos depois disso, uma extensão adjacente se tornou patrimônio estadual. Hoje cerca de quatro mil imóveis são tombados. A casa-Bar fica na transição entre dois bairros muito conhecidos da região: a Praia Grande, onde estão localizados os palácios do governo estadual e municipal, e a parte mais opulente dos casarões: os sobrados e solares com mirantes; e o Desterro, espaço de passagem para uma área mais popular e historicamente negra (Gato, 2018), onde viviam trabalhadores do porto e pescadores.

Nossas e nossos interlocutores são moradores dessa região da cidade, engajados na luta por moradia e nos debates sobre os direitos das profissionais do sexo. Atuam criativamente, há anos, problematizando os esforços de revitalização da região que buscam desenhar uma ocupação padronizada e asséptica de cidade (Ahlert, Lages e Bezerra, 2023; Bezerra, 2023). Além disso, nossos amigos defendem a diversidade das pessoas que vivem no local, se posicionando contra a estigmatização e exclusão de formas de trabalho e modos de morar presentes no que designam como “comunidade”⁴ – um termo êmico sobre o qual discorreremos com mais cautela no final do texto.

⁴ Utilizamos os termos êmicos entre aspas quando os enunciamos pela primeira vez.

Este artigo parte de um conjunto de dados etnográficos provenientes de projetos de pesquisa que têm o Desterro e a Praia Grande como *locus* de trabalho de campo⁵. Nele apresentamos quatro situações ou cenas etnográficas, por nós vividas no Bar Dos Amigos, neste último ano: a primeira remete ao período de carnaval e à feitura das fantasias da escola de samba local; a segunda a um almoço/festa comemorativos ao Dia das Mães; a terceira cena descreve uma conversa entre amigos, durante a semana; e a quarta remete a uma reunião de organização do Coletivo Por elas Empoderadas. Exploramos essas cenas com a intenção de contribuir com dois debates: aquele sobre política e cotidiano, enfatizando nossa percepção de que as situações ordinárias são fundamentais para a compreensão das insurgências e potências que dão sentido à vida (Ndebele, 1986; Borges, 2009); e aquele sobre a feitura das casas, das redes entre elas (Carsten e Hugh-Jones, 1995; Marcelin, 1999), da mobilidade (Guedes, 2013) e da produção da “comunidade” (Bezerra, 2023).

1. Contexto, campo e cenas etnográficas

Dona Amparo⁶ se tornou dona de bar quando se casou, em 1979, e passou a morar em São Luís. Ela viveu maritalmente por anos com um cearense da mesma cidade em que nasceu, cuja família escolheu a capital maranhense como morada ainda na década de 1960. Foi para o Desterro que o esposo a levou, ao se casar, para morar nos fundos de um bar que ele “tomava conta”. O Bar então não lhes pertencia. Era de um homem conhecido na região, mas que passava pouco tempo no local. O casal viveu por mais de 25 anos no imóvel, onde teve três filhos.

Em uma conversa, dona Amparo nos contou que a situação dela e do marido piorou com o falecimento do proprietário do Bar. Depois de sua morte, o espaço foi requisitado por um dos herdeiros, que tomou diversas medidas para que eles deixassem o prédio histórico no qual o estabelecimento se localizava. Foi diante dessa dificuldade que eles

⁵ Nos referimos a três projetos: “Sentidos e práticas de habitar o Centro Histórico de São Luís” (2015 e 2017); “Casa e Mobilidade no Maranhão: uma abordagem antropológica” (2018-2022); “Políticas da vida: uma etnografia sobre cotidiano, pobreza e estratégias populares” (2021 -). Os três tiveram financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) e um deles do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

⁶ A maior parte do nome das e dos nossos interlocutores foi alterado. Alguns são mantidos por pedido deles próprios.

compraram a casa de esquina onde conhecemos o Dos Amigos. Isso aconteceu há cerca de 15 anos. O marido de dona Amparo então decorou cuidadosamente o salão, com placas e dizeres populares, com imagens em tamanho real da Shakira e da Ivete Sangalo, com flores de plástico, quadros e luzes de Natal. Tudo continua do jeito que ele deixou antes de falecer, como uma homenagem de dona Amparo ou como a materialização das saudades por ela sentidas. Sozinha, nossa anfitriã abre as portas todos os dias logo de manhã, as fechando à noite, após a saída do último cliente. A única exceção é a missa do domingo na Igreja do Desterro, quando o Bar fica cerrado. A persistência, segundo nos disse, aprendeu também com o falecido esposo, que mantinha o local aberto mesmo sem clientes.

O Dos Amigos ocupa em uma construção térrea de esquina, uma casa antiga, pintada em tons de azul e verde. Ele é formado por um salão de cerca de 25m². As aberturas são portas para a calçada, com grades pretas que permanecem, durante grande parte do dia, abertas. Ao fundo do salão, um balcão separa o espaço dos consumidores da área seguinte, onde ficam os refrigeradores com a bebida. Na sequência, depois de uma porta que permanece aberta, uma sala de jantar, uma cozinha, dois banheiros, um corredor e uma sala formam a casa de dona Amparo. Essa divisão dos espaços é aparente, pois na prática eles se imiscuem significativamente. Os índices do Bar e da casa se imbricam, como verificamos nas caixas de bebida que formam uma grande coluna no espaço do corredor, em meio às imagens das santas de devoção da nossa anfitriã. Ao lado do salão fica a sala da casa, que tem uma abertura idêntica às da parte comercial, também para a calçada. Por isso, a sala é antes de tudo uma extensão do salão e um espaço de proteção da chuva, quando se está sentado em uma das mesas de plástico na calçada.

A casa-Bar de dona Amparo está no eixo central da localização da casa de muitos amigos seus. Dijé - uma importante liderança da comunidade na área da luta por moradia, e também no campo da saúde e do trabalho das profissionais do sexo - reside na rua paralela, em um casarão histórico ocupado informalmente há anos. Na rua da frente, mora uma grande companheira de escola de samba, com a família. Seu Riba, Denis, dona Samara – todos ex-presidentes da União de Moradores – estão há poucos minutos a pé do local. Dona Santa passa em frente todos os dias, para ver o filho e a manifestação cultural que ele coordena, que ficam na rua ao lado. Eliane talvez tenha o Bar como uma das suas

casas, pois sempre auxilia nas vendas, assim como outras pessoas que ali estão constantemente, cozinhando, vendo novela, tomando banho ou pedindo um cafezinho.

Para o nosso trabalho de campo, o Bar também é um espaço de referência e dona Amparo é sempre uma companhia agradável. Entre deslocamentos no Centro costumamos passar no Dos Amigos, que também se tornou espaço de lazer para algumas de nós. A partir da convivência no local, como explicamos anteriormente, escolhemos quatro cenas etnográficas para problematizar os argumentos que sustentam este texto. Nessas situações estivemos como pesquisadoras e também como apoiadoras das atividades das nossas interlocutoras. Passamos agora para a apresentação dessas situações. Na sequência, consideramos alguns aspectos da experiência vivida no Dos Amigos para analisar os nossos dados de pesquisa no Centro Histórico de São Luís.

1.1 Carnaval, 20 de fevereiro de 2023

Em fevereiro nossas conversas em campo falavam do tema principal que movia a “comunidade”: o carnaval, especialmente o Desfile da Flor do Samba, escola do Desterro onde muitos dos nossos interlocutores são diretores de ala. Na manhã de sábado, fui (eu, Martina) ver a organização final dos carros para o evento. Todos os nossos anfitriões estavam atrasados, pois tinham assistido o desfile das rivais da Flor na noite anterior. Enquanto os aguardava, resolvi passar em frente ao Dos Amigos, quando vi dona Amparo no salão e dona Dijé na sala. Ela colava os acessórios dourados e vermelhos em um chapéu de plástico, parte da fantasia da sua ala na escola de samba. Estava acompanhada de uma senhora de idade parecida com a dela, que mora na rua estreita em frente ao Bar.

Eram os netos da amiga de Dijé que animavam a rua, brincando entre a eventual passagem dos carros. Conversamos sobre as escolas que desfilaram na noite anterior e o fato de a maior rival da Flor não sair neste ano por causa do atraso dos repasses governamentais; mencionamos a disputa com o bairro vizinho em torno do título de “berço da cultura”. Como estamos na casa-Bar aberta, quem passava na rua parava para interagir e cumprimentar, e para ver as fantasias. Um rapaz, que Dijé considera um filho, ficou conversando conosco durante alguns minutos. Apesar de mostrar-se solícito, Dijé não o deixou ajudar – do mesmo modo, tinha me proibido – porque não sabíamos como

fazer os recortes e usar a pistola de cola quente. Dona Amparo permaneceu no salão e garantiu nosso café naquela manhã.

Na rua também passaram algumas moças que escoraram nas laterais da porta para conversar conosco. O tema eram as viagens de avião, pois há poucos dias houve uma turbulência na chegada de um voo à cidade. Dijé conta então que, nos “encontros de puta” que vai, sempre que pode, prefere pedir passagens de ônibus. Chegou a inventar, certa vez, que precisava voltar mais cedo um desses locais porque não queria pegar um voo. Contou ainda que quando se articularam em torno da pauta do HIV/AIDS – as prostitutas e os membros do movimento LGBT – ela viajava muito. A partir disso contou várias histórias engraçadas sobre seu estranhamento, no início da militância, com os equipamentos que encontrava nos hotéis. Sua atuação política e comunitária continua intensa até hoje.

Isso ficou evidente, naquela manhã, quando alguém passou e perguntou para Dijé sobre um remédio para um morador que não estava bem. Ouvindo a troca de informações, entendi que ela tinha feito *um corre* com seus contatos em algum serviço de saúde para conseguir o medicamento. Ela respondeu que ele poderia vir para buscá-lo, pois já estava com ela, mas deixou saber que estava chateada com o fato dele não se cuidar o suficiente (havia saído na chuva e se molhado, ali na comunidade, como ela ficou sabendo). Ao mesmo tempo em que ela tratava desse assunto, eu vi algumas chamadas e áudios no meu celular. Eram mensagens de Denis, morador do Desterro e estudante de Ciências Sociais. Eles estavam a caminho do pavilhão de feitura dos carros da Escola, para fazer o deslocamento até o Sambódromo a fim de preparar o desfile da noite. Eu então me despedi do Bar e segui com Denis. Os carros estavam passando pelos últimos ajustes em um espaço próximo. Os detalhes vermelhos e dourados chamavam atenção na decoração das alegorias e remetiam ao enredo da Flor naquele ano, a saudade. O samba era uma homenagem da Escola às muitas pessoas “da comunidade” que tinham morrido nos nefastos tempos da maior incidência da Covid-19.

1.2 Dia das Mães, 14 de maio de 2023

O Coletivo por Elas Empoderadas – um grupo de articulação política que envolve militantes e apoiadoras das trabalhadoras sexuais – organizou, no Dia das Mães, uma festa para as profissionais do sexo e algumas outras mulheres-mães da comunidade. Quando chegamos ao Bar Dos Amigos, havia uma tenda na rua (que dificultava sobremaneira o tráfego de veículos nas ruas estreitas de calçamento) e uma expansão das mesas do Bar para as calçadas de ambos os lados da esquina. Foi nesse espaço que pediram que ficássemos, aproveitando a festa, enquanto na cozinha a feijoada terminava de ser preparada. Feijoada era um modo genérico de definir um conjunto de diversos pratos – entre eles uma feijoada – que, posteriormente, foram organizados em algumas mesas de plástico em um esquema de buffet, na parte interna do salão.

Nesse dia, diversas ativistas do Coletivo estavam presentes: havia uma professora, uma enfermeira que atua na área de saúde sexual e reprodutiva, militantes da pauta das trabalhadoras sexuais e do movimento LGBTQIAPN+. Conversamos sobre a atuação do Grupo enquanto tomávamos cerveja, ouvindo sobre as estratégias utilizadas para blindar o acesso de pesquisadores nocivos ao cotidiano de trabalho das profissionais. Atentas aos cuidados expressados pelas militantes, compreendemos que qualquer abordagem de pesquisa às profissionais presentes seria inapropriada, pois era um dia de festa, e não de pesquisa. Entendemos então que éramos convidadas da festa e, com as outras pessoas presentes, cabia nos divertíssemos.

As músicas das caixas de som ecoavam pela rua enquanto dançávamos, embaixo da tenda, estrutura de letal e lona que fazia os carros diminuírem a velocidade e promovia provocações jocosas aos motoristas: “Se passou a cabeça, passa tudo” – disse uma das nossas interlocutoras e amiga, provocando risos de todas nós. Enquanto a tarde seguia, percebemos algumas dinâmicas interessantes: muitas das nossas interlocutoras atuavam como garçonetes, mesmo não trabalhando no Bar cotidianamente – ao mesmo tempo, dançavam e animavam a festa ao som das músicas tocadas pelo DJ. As músicas eram muito conhecidas entre as mulheres presentes, que seguiam cantando e dançando, enquanto bebiam cerveja em copos do bar ou ainda em taças de champanhe trazidas na bolsa. Havia movimento entre a casa de dona Amparo e a rua, pois os banheiros da casa foram (e o são sempre) oferecidos às mulheres, para que não tivessem que dividir o espaço

do pequeno banheiro do salão com os homens. O uso compartilhado incluía a possibilidade de tomar banho, fazer maquiagem ou, em outras situações como o aniversário de Dijé, preparar as *drags* para os shows.

Naquele dia, as cestas básicas que seriam distribuídas para as convidadas (todas as mulheres presentes) ficaram na sala. A distribuição foi discreta, não houve nenhum anúncio nem registro fotográfico dela. Em outros momentos do campo participamos do compartilhamento das cestas com a comunidade, feito pela União de Moradores. No momento do Dia das Mães, Dijé havia rompido com a União, exatamente em razão de uma discordância na distribuição desses itens para as profissionais do sexo em uma situação anterior, quando sentiu que a região que ela cuidava com tanto carinho tinha sido preterida na comunidade.

1.3 Terça feira, 20 de junho de 2023

Eu (Marcella) fui ao Dos Amigos para observar o movimento em um dia comum e, diante do assentimento de dona Amparo, escolhi, sem qualquer razão prévia, uma terça-feira. A maioria das vezes que frequentamos o local foi em dias corriqueiros, nos deslocamentos do trabalho de campo. Naquela manhã, como nesses outros dias, eu não tinha nenhuma garantia do que aconteceria. Fiquei positivamente surpresa ao ver que seu Riba, um antigo morador da comunidade do Desterro, estava no local, assistindo o programa televisivo da Ana Maria Braga. Como sabemos pela pesquisa, assistir televisão, especialmente novelas, no Bar, é uma atividade rotineira de amigos e vizinhos de dona Amparo.

Conhecemos seu Riba porque ele é uma importante liderança da região na luta por moradia. Ainda que não mais participe ativamente nas atividades ligadas a esse engajamento, ele foi presidente da União de Moradores do Centro Histórico no passado. Atualmente, depois de não ter conseguido manter seu próprio bar na praça da Flor do Samba e ter ido viver com a filha em outro bairro durante a pandemia de Covid-19, ele mora em um apartamento de uma ocupação ‘informal’ que foi transformada, pelo governo estadual de Flávio Dino, em Habitação de Interesse Social, nas proximidades do Bar. Ele conseguiu o local porque no tempo entre o projeto e sua efetivação, uma família deixou o

espaço e um dos apartamentos ficou vazio. Quando o prédio reformado foi entregue, a “comunidade” lembrou-se de seu Riba e o trouxe, novamente, para viver no Centro.

Depois de um tempo, naquela manhã, dona Dijé chegou. Ela foi fazer almoço na casa de dona Amparo, que não é muito afeita aos fogões. Ao mesmo tempo, resolvia problemas do festival de música que uma das praças do bairro receberia, em alguns dias. Ela era responsável pelo cadastro dos comerciantes de bebidas, que a vendiam em carrinhos formados por caixas de isopor sobre uma estrutura de metal. Há muitos vendedores ambulantes entre os moradores dessa região do Centro. A própria Dijé, além de ser militante e assessora de um vereador, era vendedora ambulante - ainda que “colocasse pessoas para vender pra ela”, como se dizia, porque nem sempre tinha tempo para fazê-lo diretamente.

Enquanto conversávamos sobre a organização do evento, eu buscava registrar o movimento no Bar. Nesse tempo, um rapaz pediu dois reais em cigarro, outro queria fósforo, e ainda outro, uma cerveja. O que mais chamou minha atenção é que duas mulheres, uma delas já idosa, chamaram por dona Dijé. A mais nova lhe perguntou se “tinha uma sacola”. Nossa interlocutora e um amigo – antigo militante do movimento gay e membro do Coletivo por Elas Empoderadas - trouxeram duas cestas básicas que entregaram a elas. Dona Dijé disse que da última vez que distribuiu, as pessoas saíram mostrando a cesta e ela foi “esculhambada”. Diante do incômodo, ela tinha disfarçado o pacote. Mencionou ainda que precisava tirar fotos para prestar contas para os doadores, do contrário, o fluxo de alimentos não continuaria.

Enquanto tudo isso acontecia, seu Riba contava antigas histórias da região. Ele vivia no Centro desde antes da chegada de Dijé e de dona Amparo, e tinha muitos registros das transformações no local. Lembrava especialmente no período em que aquelas ruas abrigavam a Zona do Baixo Meretrício, a ZBM, marcada pelos casarões onde as “madames” mantinham um conjunto de profissionais trabalhando em suas casas. Dona Dijé e seu Riba se conheciam desse tempo e, como ela nos disse, essa convivência fez com que ela o escolhesse como compadre, o tornando padrinho da sua filha. A interação de longa data não excluía os desacordos entre ambos. Dijé lembrava de situações nas quais discordava do amigo. A despeito disso, as alianças eram mantidas pelo cotidiano, sem a necessidade de um acordo completo sobre os assuntos.

1.4 Reunião de organização do Marapiauí, 15 de outubro de 2023

Às 14 horas daquele domingo nos reunimos com as membras do Coletivo Por Elas Empoderadas, na casa-Bar de dona Amparo. A pauta única da reunião era a organização do I Encontro Marapiauí das Trabalhadoras Sexuais. A reunião não começou na sala, mas na cozinha da nossa anfitriã, com um almoço coletivo. Enquanto aguardávamos a chegada de todas as participantes, ficamos no salão do Bar, conversando com três homens que tomavam uma cerveja e contavam sobre os blocos tradicionais do carnaval no Centro, especificamente sobre um deles, coordenado pelo senhor que protagonizava a narrativa. Muitas situações eram de conhecimento compartilhado entre os presentes, de modo que todos sabiam um pouco das histórias, e chegavam a citar prefeitos e seus feitos nos carnavais da cidade.

Uma das membras do Coletivo estava presente – ela é enfermeira do SUS e trabalha com saúde sexual e reprodutiva. Ela contava das dificuldades de acesso aos serviços, aquelas causadas pelos próprios pressupostos e exigências do Estado. Ela também chamou nossa atenção para o que considerava uma formação descompromissada dos profissionais na Universidade com o serviço público e, especialmente, com projetos sociais. Enquanto isso, reclamava do atraso da nossa reunião, dizia que não poderia ficar porque deixou roupa na máquina. Igualmente, se animava, tomando uma cervejinha, com as histórias sobre os blocos.

Em seguida entramos na área da casa de dona Amparo onde foram servidos os preparos que compunham nosso almoço. Podíamos pegar pratos e copos dispostos no local e lavar a louça em uma pia na lateral. Fora o que cada uma de nós tinha trazido, Dijé fez frango e baião de dois no fogão de cozinha. Tínhamos liberdade para buscar refrigerantes no Bar e pagar depois. Os homens, que permaneceram conversando no salão, também receberam alguns pratos de comida que foram organizados por nossas anfitriãs. Nós não voltamos mais ao espaço onde estavam, nos dirigindo para a sala da casa, onde sentamos e organizamos a pauta da reunião e conversamos com duas outras lideranças do movimento das trabalhadoras sexuais, via ligações de vídeo em aplicativos – que funcionaram muito precariamente em razão de uma festa que acontecia na casa de uma amiga de Dijé, na rua em frente.

Conversamos sobre a divisão de tarefas do evento que organizávamos e sobre estratégias para conseguir hospedagem, alimentação, camisetas e a construção de um site. Como grupo de pesquisa, ficamos responsáveis pela execução e realização de diferentes tarefas. Dijé acionaria seus contatos nas secretarias de governo e pediria hospedagem a preço baixo para um francês que tem uma pousada praticamente ao lado do Dos Amigos. Em outros momentos do campo realizamos outras reuniões na sala e no salão do Bar, como as do Coletivo de Luta por Moradia. Nesses momentos, dona Amparo participava apenas nos bastidores, nos oferecendo café e nos servindo a bebida do Bar. Dijé nos contou que, no início, dona Amparo não gostava das atividades relacionadas com as profissionais do sexo. Ela sempre tinha resistência, segundo a amiga, porque não entendia esse modo de vida, era viúva e tinha sido “mulher de um homem só” durante toda a vida. Mas, com o tempo e com a convivência, ainda que não concordasse exatamente com tudo, tinha disponibilizado a casa e o Bar para diversas atividades relacionadas ao universo do trabalho sexual. Além disso, tinha um carinho e um esmero com a amiga Dijé, que “corria muito” e precisava ter onde descansar.

2 – Casas, redes e cotidiano

As cenas etnográficas que escolhemos nos permitem tratar de alguns pontos importantes para pensarmos sobre a experiência de viver no Centro Histórico. Buscando articular os diversos elementos descritos em cada uma delas, gostaríamos de chamar atenção para três eixos analíticos que atravessam os relatos: em primeiro lugar, os modos de morar e a forma de perceber as casas/ as relações entre elas; em segundo lugar, a relação entre casa e mobilidade; e, por fim, a potência das articulações que têm como *locus* as experiências ordinárias, momentos nas quais se constroem as redes de ajuda mútua e a ideia de comunidade. Aqui nosso foco é compreender como se dão as práticas agenciadas pelas pessoas para constituir, mobilizar e significar o que vivem, o que lutam e o que festejam.

2.1 – Modos de morar e formas de conceber casas

Existem diversos modos de morar na região do Desterro e da Praia Grande. Existem casas próprias, como o caso de dona Amparo atualmente, mas também casarões cedidos (como foi seu caso por anos); existem imóveis formalmente alugados e outros, como o de Dijé, que são ocupações informais que não deixam de ter, ao seu modo, relações com o Estado ou com instituições formalizadas. Existem prédios, como o que fica em frente ao Bar dos Amigos, que são reformados e transformados em Habitação de Interesse Social – como também é o caso do edifício em que vive seu Riba. Existem quartos alugados e pessoas que fazem casa nos locais que alugam para abrir algum estabelecimento comercial, ou, ainda, pessoas que fazem das ruas da região suas casas.

Certa bibliografia sobre as casas, como o livro organizado por Carsten e Hugh Jones (1995), chama atenção para a biografia desses espaços, para sua compreensão como processo e, logo, para o caráter transformacional de suas estruturas e sentidos. Perceber as casas a partir da ideia de processo nos parece uma provocação interessante para o caso do Centro Histórico, marcado pelos esforços de patrimonialização que sugerem a conservação dos imóveis coloniais em sua aparência “original”. No que concerne aos casarões históricos, temos visto que eles se transformam a despeito dos investimentos em conservá-los da mesma forma. Eles recebem pessoas novas, janelas e ares-condicionados que vem de outros espaços, mobília, novas cores para as paredes, novas grades – como verificamos em campo. São transformados ainda, constantemente, pela agência de seres não humanos (como o tempo) e das pessoas – como o fez com propriedade o falecido marido de dona Amparo. No cuidado estético que ele teve com o salão do Bar, podemos ver os investimentos em fazer com que as casas incorporem também as pessoas que nelas habitam.

Esse caráter transformacional se colocava ainda nos apartamentos recebidos do Estado. Os moradores dos prédios de Habitação de Interesse Social, por exemplo, receberam apartamentos padronizados, mas, em virtude das mudanças que operaram sobre eles, os tornaram seus, fornecendo características que remetiam ao seu gosto, às suas possibilidades financeiras e aos seus desejos. Investimentos como esses eram feitos também em espaços onde a ideia de propriedade (ou mesmo a continuidade no local) não estava garantida, como soubemos quando acompanhamos a reforma de um imóvel que

foi ocupado informalmente por um conjunto de pessoas. Nele, uma das moradoras comprou de azulejos, pintou as paredes e trocou a cobertura do telhado – a despeito da constante possibilidade de ser removida do local.

Dijé foi enfática ao nos falar que o que “segura” ou mantém os casarões em pé são os investimentos de cuidado e pequenos consertos realizados por aqueles que os habitam, a despeito das políticas patrimoniais de conservação e dos vínculos documentais de propriedade (ver também Bezerra, 2023). São, portanto, ações mobilizadas pelas e pelos próprios moradores que mantêm o patrimônio em pé (Ahlert, Lages e Bezerra, 2023) e assim questionam as lógicas estatais ainda devotas dos marcos e períodos coloniais que instituíram as lógicas de ocupação da cidade. Cuidar das casas a partir dos próprios parâmetros, dos saberes e materiais disponíveis não aponta apenas para a incapacidade (ou relativa incapacidade) do Estado em assumir sua responsabilidade quanto ao patrimônio, mas informa ainda uma maneira de transformar a herança colonial materializada nos imóveis.

2.2 A mobilidade entre casas e nas casas

Louis Marcelin, em um texto do final da década de 1990, nos lembra de outro elemento importante para estudar as casas. Para o autor, a partir do seu trabalho de campo no Recôncavo Baiano, não faz sentido pensá-las como entidades isoladas, mas como parte de uma rede. Assim, a casa “é pensada e vivida em inter-relação com as outras casas que participam de sua construção - no sentido simbólico e concreto. Ela faz parte de uma configuração” (Marcelin, 1999, p.36). A configuração de casas nos leva a considerar a ideia de mobilidade entre elas, uma vez que as pessoas se dividem – e dividem suas atividades cotidianas, em diferentes espaços: tomam banho em um local, cozinham em outro, assistem novela ainda em outro. Podem, nesse sentido, falar e morar em diferentes residências ao mesmo tempo.

A maior parte dos moradores que conhecemos – independentemente de sua forma de moradia – associava a ideia de habitar à mobilidade. As pessoas em situação de rua tinham a mobilidade como parte das suas práticas de sustento, pois o “pedir” ou “manguear” implicava se deslocar no Centro Histórico. Igualmente, a escolha dos locais para dormir era caracterizada pela mobilidade como estratégia de segurança: não

permanecer no mesmo local por muitas noites era uma forma de garantir não ser percebido e, portanto, não ser alvo de eventuais violências de transeuntes ou mesmo de policiais. Além disso, tanto nossos interlocutores que viviam em ocupações informais quanto aqueles que moravam em habitações fornecidas pelo Estado haviam passado por diferentes imóveis no Centro Histórico de São Luís, ou seja, tinham se deslocado para morar em diferentes espaços.

As mudanças entre os casarões tinham razões diversas: o aumento no preço dos aluguéis, o desabamento dos prédios, a requisição do espaço pelos proprietários, o aumento da família. Se pensarmos as casas de uma forma não antagonista em relação à ideia de mobilidade (Guedes, 2018; Ahlert e Bezerra, no prelo) vemos que elas são ensejo ao movimento: em nome de um espaço para morar, as pessoas se engajam em atividades com o Estado, fazem novas relações, adquirem novos conhecimentos, circulam entre serviços e secretarias. Além disso, as pessoas se unem com outras pessoas que pagam aluguel para ocupar casarões e melhorar as suas condições de vida; limpam, pintam e fazem pequenas obras nos prédios.

Louis Marcelin, no texto acima mencionado, também fala das configurações de parentesco que atravessam e participam das relações entre as casas. No nosso campo, costumeiramente, são aspectos relacionados à família que gestam as mudanças ou as ocupações de casarões, mesmo em situações em que condições econômicas são desfavoráveis. Nas novas ocupações, é comum, por exemplo, reservar um espaço para parentes que precisam de lugar para morar, esquadrinhando uma área quando da organização da planta do casarão. Além disso, as casas podem ser aumentadas e diminuídas graças ao movimento e ao crescimento das famílias - como sugere Godoi (2014), de acordo com a dinâmica familiar e com o momento vivido pelas pessoas. As famílias, ainda que pelo viés do conflito e da dissolução das casas (para a formação de outras formas de habitação), são também argumento à mobilidade das pessoas em situação de rua. Casos de conflito com familiares ou com a rotina de uma moradia pode ser um elemento de ensejo à saída de casa, eventualmente do seu retorno, ou ainda, da constituição de novas residências.

A partir da ocupação dos imóveis e de um olhar cuidadoso para as formas de uso da casa-Bar de dona Amparo, percebemos que lógicas estritas em torno de ideias como

privacidade e propriedade parecem importar menos do que tendemos a sugerir. É assim que também podemos pensar a mobilidade que implica no entrar e sair das casas. A contínua comunicação entre o espaço interno da residência da nossa anfitriã e o salão do Bar indica essa porosidade, e informa uma ideia de privacidade menos restrita ou constituída sob outros parâmetros. Qualquer mulher que frequente o Bar pode usar o banheiro interno – e assim, passar pela copa/cozinha e pelo corredor. Do mesmo modo, vimos mulheres chegando com produtos para tomar banho no local, perguntando onde havia uma toalha que poderiam utilizar. Igualmente, a sala se transforma em uma extensão do Bar nas reuniões ou nos dias de chuva, se abrindo para a calçada e, assim, para a área externa.

Esse constante movimento, entre casas e dentro delas, pode não ser percebido por quem passa pelo Centro Histórico mas não conhece a dinâmica cotidiana dos moradores do Desterro e da Praia Grande. Como muitos dos moradores do local são vendedores ambulantes, alguns momentos do dia não são propícios para vê-los pelas ruas – como, por exemplo, o período da manhã (Ahlert e Bezerra, no prelo). Mas, em diversos outros momentos, seguem com suas caixas de isopor cheias de gelo e bebida, com as indumentárias de carnaval, de bumba meu boi ou de outras manifestações da cultura popular local. Ou ainda, com os convites para os eventos, com as cestas básicas, com as campanhas de saúde reprodutiva e sexual. “Fulano não para, tá correndo o tempo todo” - é comum ouvir quando se chega ao Dos Amigos, para conversar com dona Amparo.

2.3 Cotidiano e convivência

Se pensarmos, como sugere a bibliografia consultada, que as casas são processos, precisamos olhar para as práticas que as constituem e as mobilizam – ou são, nelas ou por elas mobilizadas. Algumas ideias nos parecem associadas à essa consideração quando observamos as cenas etnográficas que descrevemos. Pensamos aqui especificamente nas formas cotidianas de associação e dissociação entre pessoas, que têm as moradias como cenário, pauta ou razão. Isto nos leva a pensar nas redes de ajuda mútua, na constituição da ideia de “comunidade” e na não necessidade dos acordos absolutos em torno de ideias, condutas e modos de vida.

As redes de relação ou ajuda mútua estão relacionadas ao aprendizado e às estratégias populares (Fonseca, 2004). Desta feita, relações diversas entre pessoas sustentam o cotidiano das casas, assim como sua construção ou ocupação. É a partir da articulação com outras pessoas que trabalham e moram no Centro que se organizam os movimentos para ocupar casarões tidos como abandonados, por exemplo. São nessas redes que se ouve sobre objetos que podem ser carregados entre os prédios, como janelas e aparelhos de ar-condicionado; grades e portas. Assim, pelas redes de conversa e conhecimento, também objetos se deslocam entre as moradias da região, ganhando novos usuários, passando a fazer parte de novos apartamentos – e mostrando que a mobilidade entre as pessoas é também marcada pela circulação de artefatos e conhecimentos (Ahlert, Bezerra e Lages, 2023).

É também pelas redes de relação entre as pessoas que se acessa e se conhece os mecanismos estatais, os programas sociais e as oportunidades por eles ocasionadas. É na circulação das informações sobre o Estado que as pessoas faziam cadastros em sorteios de apartamento ou ainda buscavam o reconhecimento formal dos casarões nos quais viviam – muitas vezes há alguns anos – como ocupações. Nesse sentido, tem sido interessante acompanhar a atuação da União de Moradores do Centro Histórico e de suas lideranças – mulheres e homens, moradores do Centro, que buscam interlocução com funcionários públicos e comerciantes para resolver ‘problemas’ como a ausência de moradias, a necessidade de tratamentos de saúde ou de serviços funerários para seus vizinhos. Entra nesse escopo o acompanhamento do Coletivo Por Elas Empoderadas, que capitaneia um conjunto de auxílios – como as cestas básicas que aparecem em circulação no nosso campo, em diferentes registros, tendo o Bar Dos Amigos como base.

Parece-nos, ainda, que é a partir das redes de ajuda mútua e do cotidiano – marcado pela circulação das pessoas, dos artefatos e dos conhecimentos entre as casas – que podemos ver se materializar a ideia de “comunidade”. Ela é formada pelas pessoas conhecidas – aquelas de longa data que são amigas e compadres há anos, aquelas que moram no Centro ou que transitam continuamente por ele. As pessoas podem ficar fora do Desterro e da Praia Grande por algum motivo, mas não deixam de fazer parte da comunidade – como foi o caso de Seu Riba, que teve que deixar o espaço por causa de

dificuldades financeiras na pandemia de Covid-19, mas que foi imediatamente lembrado como membro da comunidade quando houve a possibilidade de trazê-lo ao Centro.

A comunidade é acionada recorrentemente no nosso trabalho de campo: em seu nome se busca melhorias para os equipamentos públicos do bairro, a reforma de um casarão, a doação de alimentos (Ahlert e Bezerra, no prelo). Defende-se pessoas por pertencerem à comunidade e se parte em seu auxílio, mesmo sem ter um acordo sobre o que fazem ou sobre quem são. Recordamos do caso de dona Amparo, que mesmo distante das temáticas relacionadas à vida das profissionais do sexo, acostumou-se aos temas, e empresta seu Bar e sua casa para as atividades do Coletivo Por Elas Empoderadas, por sua vinculação com os amigos e amigas que nele atuam. A diversidade das pessoas e das posturas possíveis diante dessa diversidade é algo defendido continuamente por Dijé, nossa interlocutora. Para ela, o Centro ganha com a diversidade dos modos de vida e de trabalho presentes no local.

Sua defesa deixa entender que existe a presença de um estigma sobre o Centro Histórico, considerando a região em que nossos interlocutores vivem. Esse estigma pode ser reconhecido na fala de moradores como Denis, que costuma afirmar que o local foi preterido por sua associação com a antiga Zona do Baixo Meretrício; ou ainda, em jornais de circulação local que relacionam o Centro Histórico com o uso de substâncias psicoativas, com as pessoas vivendo em situação de rua e com a pobreza (Rocha Neto, 2021). Formas de trabalho consideradas precárias – como dos vendedores ambulantes – e também moralmente desaprováveis – como as das profissionais do sexo – somam para as considerações sobre o perigo, o risco e o abandono do Centro. Para enfrentar criativamente essas associações pejorativas, nossas interlocutoras e interlocutores mobilizam relações. Por isso, ainda associam a festa à militância comunitária.

Considerações finais

Nesse artigo, ainda que de forma breve, buscamos narrar algumas das situações que vivemos durante o nosso trabalho de campo. Todas tinham em comum o fato de terem acontecido no Bar Dos Amigos, ou na casa-Bar de dona Amparo, localizado no Centro Histórico de São Luís. Pretendíamos chamar a atenção para a profusão de experiências que marcam o cotidiano do local e também a diversidade de pessoas que o frequentam –

em eventos ou em situações ordinárias – para debater política, lembrar do passado, criar estratégias de militância, cantar, dançar, beber ou ver novela. Se a descrição traz de maneira intensa essas atividades – tornando difícil ao leitor e à leitora lembrar-se de detalhes – é porque assim também se apresentam na experiência de trabalho de campo.

O Bar-casa de dona Amparo é ele mesmo difícil de definir em enquadramentos assépticos ou claramente demarcados. O uso dos espaços mostra a porosidade e a plasticidade dos ambientes, as relações de cuidado entre as mulheres, as formas inusitadas de fazer conviver grades de cerveja e quadros com as santas de devoção. É um espaço, por excelência, também de fazer conviver pessoas muito distintas, que ora se associam, ora se distanciam em torno das pautas, das memórias, das maneiras de posicionar-se coletiva ou individualmente. Tem uma arte de convivência das diferenças que vai se desenhando aos olhos da postura calada e carinhosa de dona Amparo, dos paços de dança de Eliane, da praticidade generosa de dona Samara, das conversas instigantes de Dijé.

Por fim, cabe apenas destacar o caráter produtivo daquilo que se faz com e no Bar Dos Amigos. Por um lado, ele é movido pela circulação de alimentos e de bebidas (sejam aqueles doados nas cestas básicas ou aqueles servidos nos almoços), destacando a comensalidade como elemento da criação das relações sociais (Carsten, 2014). Por outro lado, se produz outros elementos como aqueles que surgem das formas de associação, como as redes de ajuda mútua e a comunidade. Para que essas últimas sejam produzidas, é preciso do engajamento de muitas pessoas, é preciso acionar contatos e mobilizar relações, mas, acima de tudo, é preciso conviver cotidianamente em espaços como o Bar.

Referências

AHLERT, Martina. BEZERRA, Nicole. Um centro habitado: casa, mobilidade e mobilização em São Luís (Maranhão). **Antropolítica** (no prelo).

AHLERT, Martina. GONÇALVES, Gabriela. L. BEZERRA, Nicole. P. Patrimônio Histórico da humanidade de quem? O caso do Centro Histórico de São Luís. **Nexo Políticas Públicas**. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/Patrim%C3%B4nio-hist%C3%B3rico-da-humanidade-de-quem-O-caso-do-Centro-Hist%C3%B3rico-de-S%C3%A3o-Lu%C3%ADs> . Acesso em: 16 de novembro de 2023.

ARAÚJO SILVA, Marcela. **Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

- BEZERRA, Nicole Pinheiro. “**Patrimônio vivo, tombado, mas não caído**”: uma etnografia sobre casa, política e cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2023.
- BORGES, Antonádia Monteiro. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 29, p. 23–42, 2009.
- BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 197-227, jan/jul 2013.
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **R@U**, n.6, vol.2, p. 103-118, 2014.
- CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house: Lévi-Strauss and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GATO, Matheus. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). In: RIOS, Flávia. BARONE, Ana. **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**, 219-274. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2018.
- GODOI, Emilia P. Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 57 n° 2, p. 143170, 2014.
- GUEDES, André Dumans. **O trecho, as mães e os papéis**: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.
- GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. **Mana**, n. 23, v.3., p. 403-435, 2018.
- MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, 5 (2):31-60, 1999.
- NDEBELE, Njabulo. The rediscovery of the ordinary: some new writings in South Africa. **Journal of Southern African Studies**, v. 12, n. 02, p. 143-157, 1986.
- ROCHA NETO, Antônio Olávio. Moradia, ocupação e relações com o Estado no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). **Relatório de Iniciação Científica**. São Luís, 2021.